

---

PANAMÁ – Encontro do GAC com as partes contratadas da GNSO sobre as GDPR  
Quarta-feira, 27 de junho de 2018 – 13h30 a 14h EST  
ICANN62 | Cidade do Panamá, Panamá

MANAL ISMAIL: Vamos começar em breve. Então, por favor, vão ocupando seus lugares, que vamos começar a sessão. Obrigado.

Obrigado a todos. Damos as boas-vindas à sala. Como mencionei antes, hoje vamos fazer uma reunião com os registradores, e os registros, durante meia hora. Antes de começar com a redação do nosso comunicado.

Então, muito obrigado por chegar aqui até o GAC. E por compartilhar as opiniões que os senhores têm conosco. Vocês vêm que já falamos do GDPR durante a semana, com diferentes organizações constitutivas. Então é muito bom escutar os senhores, para ver o que opinam, e o que podem falar do ponto de vista prático com o GDPR, e as especificações temporárias.

Vou passar a palavra ao senhor.

GRAEME BUNTON: Obrigado, Manal. Obrigado. Estamos satisfeitos e estar aqui, e compartilhar algumas perspectivas com o GAC. Eu sou

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

presidente do grupo de partes interessadas de registradores, eu não sei se pode se apresentar?

PAUL DIAZ: Eu sou Paul Diaz, presidente do grupo de registro de partes interessadas.

GRAEME BUNTON: Vemos algumas perguntas aqui na tela, que também se apresentaram a GNSO.

Nós podemos pensar em duas outras coisas que queremos falar com o GAC, e podemos começar daí, e voltar às perguntas. Esses três pontos que aparecem aqui tem a ver com a chance de falar, de talvez outra especificação temporária sobre acesso, acesso, habilitação, e credenciamento. Porque já falamos outras vezes, e queremos falar de acesso e mecanismos para acessar. E também queremos escutar o GAC, porque queremos escutar os comentários que pode ter o GAC a respeito dessas partes contratadas.

Eu vou falar com Brian Cimboric para que ele fale um pouco sobre as nossas preocupações. Sobre os processos de contratos, para ver se começamos com outra especificação temporária.

---

BRIAN CIMBOLIC:

Como disse o Brian, há umas preocupações que têm a ver com o processo de especificação temporária para ter acesso. O que temos que levar em conta é que as especificações temporárias não são uma coisa. Quando há um grande problema para resolver de forma rápida, então é bom ter uma especificação temporária. Mas se essas especificações temporárias são especificações contratuais, não existem como faculdade nos estatutos, nem nos contratos com registros, e registradores.

Assim como são presidentes, como é um animal contratual, são animações contratuais. O que pode satisfazer uma habilitação contratual. Devemos dizer o que deve ser e o que não deve. Antes de avançar, eu acho que o modelo de acesso pode ser apropriado para uma especificação temporária.

Eu acho que o veículo deveria ser um processo de PDP da GNSO de múltiplas partes interessadas. Uma das primeiras limitações que nós podemos mencionar, a especificação temporária, é que tem que estar vinculada com a segurança e estabilidade dos serviços de registros dos registradores, e também do DNS.

E dentro dos acordos de registros são termos definidos, não são termos genéricos. Por exemplo, para a segurança isso tem a ver com a relação não incluída, ou não autorizada, desculpem. Alteração em sessão, e destruição de dados de registro, e a estabilidade também estão vinculadas com o RFC.

---

Então nós temos que ser bem precisos para que a definição seja coberta, e incluída pela especificação temporária. Em grande medida, essa especificação temporária tem a ver com não revelar sem autorização, alguns dados. Criar um sistema de WHOIS que não seja público.

Além disso, essa especificação temporária é muito pontual, e específica, porque em muitas jurisdições têm uma definição específica. Por exemplo, na legislação dos Estados Unidos, está vinculado com esse tema um cidadão pode impor as leis ou regulamentações da autoridade governamental, se é que utiliza para fazer um escrito estrito.

Então isso não significa dizer que necessariamente se aplica aqui, mas sim que temos que ter cuidado, porque há poucas circunstâncias na qual se utilizam essas especificações temporárias. Nas partes contratadas a parte tem obrigação, conforme a primeira especificação temporária, de permitir um acesso razoável. Está dito pela especificação 6.3.2. Mas não fica claro a respeito. O fato de que nós já íamos em uma obrigação contratual de dar acesso, faz com qual qualquer especificação nova que tenha relação com a mesma obrigação seja redundante.

Por sua vez, significa que uma obrigação imediata e urgente, porque já temos essa obrigação. Então especificação

---

temporária tem a ver com estabilidade, e a segurança, e eles têm que ser o mais preciso possível para conseguir os objetivos, e também tem que existir uma necessidade urgente.

Parece que o acesso, nós como partes contratuais, temos obrigação de dar esse acesso, então não cumprimos com esse ponto, e isso não significa que não existem conversas com os canais adequados, que é o processo de PDP.

O último ponto que quero mencionar é que, na medida em que a especificação temporária possa ser utilizada para modificar a primeira, isso também não seria adequado conforme os termos da especificação temporária original, porque o único mecanismo para modificar a especificação temporária é 8.2, e é depois de receber orientação das DPAs, uma ordem judicial, e algumas interações especificadas.

Então, a diretoria, por uma maioria pode modificar a especificação temporária. Então usar a segunda especificação temporária para modificar a primeira seria totalmente inadequado. Obrigado.

GRAEME BUNTON:

Bom, temos que saber então que vai precisar um advogado nesse sentido. Há algum experimento para essa especificação temporária número dois. Alguns jurídicos, e outros técnicos. E

---

eu quero destacar que o lugar adequado para tratar essas questões é dentro de um modelo multissetorial. Nós queremos garantir que abordamos esses temas de forma profunda, completa, e que está dentro do processo de PDP, ou EPDP da GNSO. Esse é o lugar adequado.

Eu sei que temos apenas 15 minutos antes de passar a redação do comunicado. Eu vou deixar então às perguntas para o final. E agora, quero passar o que tem a ver com acesso de componente de dados. Se estiverem de acordo.

Então vamos falar um pouco. Já não existe um WHOIS público, mas agora tem o acesso limitado, e há dados ocultos. Então aqueles que tiveram interesse legítimo podem obter esses estados, e solicita-los as partes contratadas. Agora, como sabem, escutamos várias histórias a respeito, e queremos ver como vamos melhorar esse sistema. Vou passar a palavra a James Bladel.

JAMES BLADEL:

Obrigado, Manal, Graeme. Como mencionou Graeme, há várias perguntas que surgiram na sessão de ontem, e também na segunda-feira, que têm relação com o que nós teríamos ou não que exigir aos registros e registradores, para publicar em termos de acesso.

---

Eu acho que depois de escutar há alguns maus entendidos. Não se entende muito bem o que quer dizer o status, porque de 25 de maio, quando se sancionou o GDPR, e entrou em vigor. Eu acho que não ficou claro qual era o status quo, e o que tinha mudado. E o que muda 100%, compartilhado pela comunidade. Eu queria falar desse ponto.

Então peço desculpas, Brian, todos os registros. Mas eu vou falar do ponto de vista dos registradores. Tem no WHOIS os seus procedimentos, e no website também. Tem que ver como manejam e respondem o que pede os organismos encarregados da aplicação da lei, e também tem que receber e reunir tudo que tem a ver com o uso indevido. Isso volta ao RAA de 2013, tem a ver com esse contrato. Então não é novo, porque são esses mesmos requisitos que se aplicam hoje em dia.

A especificação temporária, também, o que exige é que nós apresentemos um mecanismo para entrar em contato com o registratário do nome de domínio, sem compartilhar informação de contato, como para poder dar àquele que pede, a informação do e-mail, e ter um formulário também. Isso é o que disse a especificação temporária.

E também temos que responder o que pode ser qualquer ordem que venha de um tribunal. E eu quero fazer essa lista, entendendo que estou a gerar um caminho de escalamento, de

---

subida. Quando antes do WHOIS alguém pede aos registradores, ou registros que necessitam dados do WHOIS. Primeiro temos que entender qual é o objetivo, e se o solicitante é legítimo.

Com isso, não quero dizer que, como sempre aconteceu, alguma coisa não é legítimo. Porque essas mudanças não são subprodutos do GDPR. Mas o ponto do GDPR, entrar em contato com o registratário para vender um registro, ou coisa assim. Algumas dessas coisas podem ter se frustrado com o GDPR. Isso que tenta dizer a nova legislação.

Mas o segundo passo seria que se o pedido é legítimo, deveria de ser utilizado esse formulário web para enviar um pedido de contato ao registrador. Seja esse um pedido de assistência, ou de maiores informações.

Então os registros e registradores vão ter que facilitar então essa comunicação, entre o pessoal que usa o WHOIS, e os registratários. Depois, perante um caso de uso indevido, isso inclui os pedidos dos organismos encarregados da aplicação da lei, phishing, software maliciosos para a propriedade intelectual. Nesse caso, os registros e registradores, vão ter que publicar procedimentos, e pontos e contato, para esse tipo de averiguação.

As consultas podem ser encaminhadas aos canais de uso indevido para esses fornecedores. Também existiram com

---

diálogos, ou conversas que dizem que não sabemos para onde vão, se é para phishing, ou para uma violação de marcas comerciais, de propriedade intelectual. Podem levar o canal à equipe adequada.

Eu acho que se trata de que essas ferramentas sejam mais fáceis de utilizar. E eu acho que esse é um elemento que nos permita usar mais rápida a especificação temporária. Mas o que eu vejo, no meio, é que se uma reclamação de propriedade intelectual, podemos apresentar o UDRP, porque nesse caso, segundo estão às especificações temporárias, podemos dar essa informação aos palestrantes do UDRP.

Por isso, essa é uma avenida para manter esses mecanismos de disputa funcionando, e o acesso público ao WHOIS. Depois trabalhar com as equipes de contribuição da lei, para encontrar uma forma de ter um procedimento formal. Não sei se pode ser uma ordem judicial, de um promotor. Algum tipo de procedimento formal. E, nesses casos, os registros e registradores, teriam que entrar em uma cobertura suficiente, porque teria o apoio de um tribunal, ou de outro organismo oficial, como para não ser sancionado conforme o GDPR. E eu acho que essa é a chave.

Nós temos que ter um objetivo legítimo, e um canal legítimo para não ficar expostos a esses riscos jurídicos. Podemos

---

imaginar isso como uma escada. E eu peço desculpas porque o documento realmente não é suficientemente claro, mas como essa é uma escada para obter dados não públicos do WHOIS.

Em termos amplos, nem todos os requisitos vão poder subir toda a escada, mas a escada está ali. Existe hoje, e talvez precisa pintá-la de uma cor diferente para identificá-la. Mas é apenas isso.

GRAEME BUNTON:

Obrigado, James. O último ponto que indicou, nós queremos compartilhar com a comunidade, com o resto da ICANN, e de maneira mais ampla depois, e que vai ser um documento de duas páginas, que descreva essa escada.

Essa é a forma em que podem acessar os dados. Como podem fazer o escalamento. Se o acesso não está onde deveria estar. E a ideia é que todos tenham um entendimento claro de como se deve fazer com esses estatutos que não são públicos.

Paul, não sei se há alguma coisa a dizer?

Porque senão queremos que o GAC diga quais as suas preocupações, quais são as suas perguntas.

MANAL ISMAIL:

O representante do Irã tem a palavra.

IRÃ:

Como temos pouco tempo, vou falar dos temas. Em primeiro lugar, nós precisamos de uma especificação temporária, era necessário? Porque temos que finalizar tudo em um ano, depois se mencionou que talvez possa haver algo que reveja isso, e até que nós leve a uma segunda especificação temporária, e o colega disse que não era apropriado ter isso, acesso razoável.

O que é razoável? Quem diz que o acesso pode ser razoável ou não? Objetivo legítimo. Quem diz se esse objetivo é legítimo ou não? Quem decide isso? Uso indevido. Como combatemos esse que gera esse uso indevido? Porque, em geral, o que fazemos? Rejeitamos o acesso. O que fazemos? Fiz isso de forma telegráfica, peço desculpas, não sei se querem responder agora, ou querem fazê-lo através da lista de distribuição de correio eletrônico.

GRAEME BUNTON:

Sim, Kavouss. Há muita coisa para responder aqui, vamos ver se posso responder algumas delas, e talvez haja outra resposta depois. Não sei se Eliot quer responder.

Precisamos da especificação temporária. Bom, nós somos partes contratadas, e nós pedimos a ICANN que nós dê mais de um ano antes de 25 de maio para ver se podíamos selecionar

---

alguns desses. Pedimos antecipação, mas não chegamos em tempo, chegamos muito perto. Desconheço se existe outro mecanismo. Não estamos muito contentes que seja prévia.

Nós acreditávamos no que era multissetorial, mas esse é um mal necessário infelizmente. Quando falamos sobre razoável e legítimo, agora isso é cada uma das partes contratuais que descreve se é legítimo, razoável. O que não é adequado, porque existe diversidade de respostas também.

Nós esperamos que a comunidade faça mais discussão sobre o tema, porque agora toda responsabilidade está conosco. Nós tomamos essas decisões, e nós somos empresas. Nós queremos operar como empresas, não entrar em problemas de responsabilidade civil, na maior parte do possível, e queremos que a comunidade reduza essa responsabilidade. Que nos oriente, dê diretrizes, para que diga qual é um objetivo legítimo, qual é um acesso razoável, e esperamos chegar a um acordo no curto prazo a esse respeito.

Eliot tem alguma coisa a dizer sobre aqueles que fazem uso indevido?

ELIOT NOSS:

Quero dizer algo sobre o que disse Kavouss. Nós pensamos que estamos no meio das partes contratadas, que falam em

---

responder essas perguntas amanhã. O trabalho é grande, e esperamos que os governos sejam ativos, e esperamos padrões. Nós estamos estagnados realmente. Estamos fazendo algo que não queremos fazer.

Uma das coisas que não sei se o senhor participou do painel ontem, mas eu disse que tinha que haver uma participação ativa da comunidade, e acho que o GAC nos pode ajudar nesses processos.

Eu convido o GAC, em primeiro lugar, a participar conosco, com as partes contratadas. Porque estamos tentando trabalhar com isso na prática, diariamente. Se o GAC quer que alguém tenha visibilidade, e entender os problemas. Acho que seria fantástico trabalharmos juntos. Que é o que se passa no mercado. Acho que nunca tivemos um problema dentro da ICANN, e do processo multissetorial, onde o GAC poderia sair, e consultar a cada um dos governos para ter maior clareza.

Nunca houve um tema tão importante para essa função do GAC, como esse. Então adoro ter essa oportunidade de que o GAC possa ser mais ativo. Podemos falar sobre a participação no EPDP ou não, e acho que há grandes desafios e oportunidades também.

---

GRAEME BUNTON: Obrigado, Eliot. Acho que temos dois minutos. Alguma pergunta breve?

MANAL ISMAIL: Sim, Kavouss.

IRÃ: Uma segunda pergunta. Hoje de manhã, quando falamos com a diretoria, falamos sobre entender corretamente o processo. Alguns de nós não somos engenheiros, advogados, e temos que ver o diagrama desde o início. Quem faz o pedido, como se gerencia, como é autenticada, como se avança no processo, como é monitorizada, qual a resposta, se recusado o que acontece, como se monitora tudo isso? É automatizado? É manual? Então precisamos grafar um pouco o processo no diagrama, indicando desde o início até o final, como serão feitas as coisas. Sendo possível, isso é algo que falamos hoje. Não é para incomodar a vocês, mas essa é a pergunta.

GRAEME BUNTON: Não nos incomoda. Obrigado, Kavouss. Estou supondo que falamos sobre solicitações para acessar os dados, e em parte do documento estamos trabalhando nisso. Provavelmente poderíamos adicionar m diagrama para ver o processo e como

---

funciona. Mas será algo mais genérico, porque a interpretação entre as partes contratadas pode ter alguma singularidade.

Tem mais alguma coisa para contar?

MANAL ISMAIL: Quero saber se há mais perguntas por parte dos membros do GAC. Não? Muito bem.

GRAEME BUNTON: Bom, quero agradecer novamente por dedicar o seu tempo, e receber-nos. Espero que tenhamos tido uma troca útil, que tenhamos fornecido informação útil. As partes contratadas em nome dos registos muitas vezes não interagem com vocês, e isso é muito bom. Vejo que Paul mostra que está de acordo. Então espero que possamos manter esse canal aberto, e se o GAC tiver perguntas sobre como vão se desenvolvendo as coisas no mercado, no mundo real, como estamos construindo tudo isso, vamos responder e mandar a documentação sempre que for possível.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado a todos, aos registradores, a todas as pessoas que se aproximaram para falar com o GAC. Depois da nossa

---

reunião com o conselho, agradecemos esse acompanhamento e essa troca tão útil com os membros do GAC. Muito obrigado.

Bom, com isso concluímos a reunião com registradores e registro.